

VENEZUELA

Posse de Maduro reforça isolamento do país

Após os Estados Unidos anunciarem recompensa de US\$ 25 milhões pela prisão de Nicolás Maduro, Álvaro Uribe, ex-presidente da Colômbia, pede reação da comunidade internacional. Países intensificam críticas ao chavista

O clima de incerteza prossegue na Venezuela após a posse de Nicolás Maduro, na última sexta-feira, para governar o país por mais seis anos. O chavista assumiu oficialmente o terceiro mandato consecutivo em uma cerimônia marcada pela divisão política interna e forte repercussão no exterior. Com a nação atravessando uma crise política, econômica e social prolongada, a posse gerou uma série de reações tanto de aliados quanto de opositores no cenário internacional.

No poder desde 2013, Maduro foi proclamado vencedor nas eleições presidenciais de 2024 com 52% dos votos, segundo a autoridade eleitoral venezuelana. No entanto, a oposição, representada, principalmente, por María Corina Machado e Edmundo González Urrutia, o autoproclamado vencedor, denunciou fraude no processo eleitoral, uma vez que Maduro não apresentou as atas com o resultado das votações.

Antonio Ledezma, ex-prefeito de Caracas, ex-preso político e coordenador do Conselho Político Internacional de María Corina Machado, afirmou ao **Correio** que Maduro “enforcou-se com a faixa presidencial”. “Edmundo González tem as atas eleitorais que comprovam sua vitória. Maduro sabe que as atas que esconde representam, para ele, a derrota. Ele foi derrotado com ampla vantagem e atropelou não apenas a Constituição nacional, mas a soberania popular, que é algo inegociável”, explica.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, González denunciou o “golpe de Estado” e desafiou o presidente a entregar o poder àqueles que, segundo ele, realmente venceram a disputa. “Estou muito perto da Venezuela, pronto para o ingresso seguro e farei valer os votos que representam a recuperação da nossa democracia”, afirmou Urrutia, em um apelo claro à intervenção militar.

Apesar das ameaças da oposição, a consumação da posse deixou claro que Maduro ainda detém



Durante discurso de Álvaro Uribe ontem, em Cúcuta, na Colômbia, multidão levantou cartazes contra Maduro e a favor de María Corina e Edmundo González

o poder político no país. “Há indícios de que a oposição tentou negociar com as Forças Armadas e outros setores da sociedade, mas isso claramente fracassou. Inclusive, a tentativa de ingressar com Edmundo González no território venezuelano, como declarou María Corina, não teve sucesso, mostrando como a máquina chavista está em pleno funcionamento”, afirma Carolina Silva Pedrosa, professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Nesse contexto, a especialista afirma não haver sinais de uma possível reversão do cenário. “O momento crucial já passou, que foi a posse, e ela não foi impedida. Não vimos nenhum sinal de ruptura das Forças Armadas, e não consigo ver nenhuma mudança nas condições que poderiam permitir que ele fosse destituído e mudasse o jogo. Como houve uma hegemonia do

A situação venezuelana demonstra os limites da comunidade internacional que, no máximo, poderia auxiliar na mediação entre as partes”

Carolina Silva Pedrosa, professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

governo nesse momento, não vejo o que poderia levar ao aumento das tensões. Talvez, uma mobilização popular, mas os últimos acontecimentos foram um balde de água fria nessa expectativa”, frisa.

Repercussão

A crítica à legitimidade do novo mandato de Maduro também se intensifica na política internacional. A questão tem gerado divisões entre os países da América

Latina e potências globais. Os Estados Unidos, por exemplo, chamaram a posse de “farsa” e aumentaram a recompensa por informações sobre Maduro, oferecendo até US\$ 25 milhões de dólares por sua captura. Além disso, o governo dos EUA impôs novas sanções, atingindo figuras-chave do regime, incluindo o ministro do Interior, Diosdado Cabello, e o presidente da estatal Petróleos de Venezuela, Héctor Obregón.

A União Europeia também não

reconhece a posse, alegando que Maduro não tem legitimidade democrática. O Reino Unido seguiu a mesma linha, qualificando as eleições de 2024 como fraudulentas e impondo sanções a 15 membros do alto escalão do governo venezuelano. As ações demonstram um movimento internacional de pressão sobre o regime de Maduro.

Na contramão, a Rússia, tradicional aliada da Venezuela, expressou apoio incondicional a Maduro. O presidente Vladimir Putin felicitou o líder venezuelano por meio do presidente da Duma, Vyacheslav Volodin, destacando a importância da posse para a “democracia venezuelana”.

Já o governo brasileiro, por meio do Itamaraty, expressou preocupação com as denúncias de violações de direitos humanos na Venezuela, especialmente no contexto das eleições de 2024. Embora o país

tenha reconhecido os gestos de distensão por parte de Maduro, como a liberação de prisioneiros políticos, também criticou as recentes prisões e perseguições a opositores.

“A repercussão internacional é a continuação dos posicionamentos que os países vêm adotando desde a eleição de julho de 2024, com as alianças que o governo de Nicolás Maduro tinha bem estabelecidas com potências, como China, Rússia e países não ocidentais, como a Turquia e o Irã, que se mantiveram. Inclusive, todos esses países enviaram representantes diplomáticos para a posse, assim como outros regimes na América Latina, com destaque para Cuba e Nicarágua, que foram os únicos chefes de Estado que compareceram à cerimônia”, detalha Carolina Pedrosa.

Manifesto vizinho

Em apoio a Edmundo González e María Corina, o ex-presidente da Colômbia Álvaro Uribe acusou, ontem, o regime chavista de ser uma “tirania” e criticou duramente a perseguição a líderes opositores. Em discurso realizado em Cúcuta, cidade colombiana próxima à fronteira com a Venezuela, Uribe se posicionou contra a posse, pedindo enfaticamente uma intervenção militar internacional para “desalojar a ditadura” e restaurar a democracia na Venezuela.

Por outro lado, a falta de ação por parte do atual governo colombiano, presidido por Gustavo Petro, também tem sido criticada. Embora Petro tenha restabelecido as relações diplomáticas com Caracas no início do mandato, ele tem sido acusado de não condenar as ações de Maduro.

Segundo Carolina Pedrosa, uma intervenção externa não seria simples de ser aprovada. “Há uma grande reticência da comunidade internacional em aprovar intervenções desse tipo, já que trazem riscos significativos e não garantem uma solução eficaz para a crise venezuelana”, conclui a especialista.

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

GUERRA DE POTÊNCIAS NO ÁRTICO

O Ártico, pouco lembrado e bastante falado por conta do banzé de Donald Trump com relação à Groenlândia e ao Canadá, desempenha um papel fundamental em diversas dinâmicas globais. É uma região de alta importância estratégica, ambiental e econômica, cuja relevância aumenta com o passar do tempo.

Sua influência na regulação climática global é inegável, já que suas calotas de gelo atuam como um termostato natural, refletindo a radiação solar e mitigando o aquecimento global. Além disso, o Ártico abriga vastas reservas de petróleo, gás natural e minerais, tornando-se um polo de interesse geopolítico e econômico, especialmente à medida que o derretimento do gelo facilita o acesso a esses recursos. No âmbito ambiental, a região é um ecossistema imprescindível, lar de

uma biodiversidade ímpar, cuja conservação é vital para a saúde do planeta. Por fim, o derretimento das geleiras está abrindo novas rotas de navegação, como a Passagem do Noroeste, transformando o Ártico em ponto estratégico para o comércio global.

Historicamente, o Ártico, cujas águas e ilhas sofrem com uma série de reivindicações contestadas de soberania, tem desempenhado um papel estratégico para os Estados Unidos, as potências europeias e a Rússia, que ali desempenham infatigáveis operações de vigilância.

Uma curiosidade é que a entrada dos EUA em território ártico se deu através da aquisição do Alasca, comprado dos russos em 1867.

Atualmente, o Ártico continua a ser de vital importância para qualquer país que mais conseguiu

explorar a região. Além disso, como o derretimento do gelo está ampliando a fronteira agrícola na sua periferia e abrindo novas rotas de navegação entre o Atlântico e o Pacífico, novas formas de aproveitar economicamente essa região aparecem.

Ao mesmo tempo, a intensificação da presença militar de outras potências no Ártico, como a Rússia e, cada vez mais, a China, exige um equilíbrio cuidadoso entre defesa, sustentabilidade e cooperação internacional. Todavia, ser cuidadoso não é bem o que caracteriza Trump. Seu instinto, como fica claro com seus blefes com relação à Groenlândia, ao Canadá e ao Panamá, é o de jogar com a imprevisibilidade de seus próprios atos e menosprezar práticas institucionalizadas.

Um esforço de institucionalização para a região foi a

criação do Conselho do Ártico, estabelecido em 1996 para promover a cooperação, coordenação e suavizar a interação entre os chamados “Estados do Ártico”. Tanto os EUA quanto a Rússia têm assento no conselho, o qual foca em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável na região, e considerações militares. Para além das duas superpotências, são membros cinco países participantes do Mercado Comum Europeu, mais o Canadá.

Embora não seja um Estado do Ártico, a China participa do conselho como “observador” se declarando um “Estado próximo do Ártico”, como parte de sua estratégia para legitimar e ampliar sua influência na região. A política ártica da China inclui planos para lançar uma Rota da Seda Polar, conectando o Ártico à sua

visão em torno do velho Império do Meio, através da sua iniciativa Cinturão e Rota.

A proposta de compra da Groenlândia, ventilada já no primeiro governo Trump e repetida agora, reflete uma estratégia geopolítica de parte dos Estados Unidos para expandir sua influência no Ártico e ter acesso a recursos até então preservados sob o gelo. Da mesma forma, a ideia ainda mais esdrúxula de anexar o Canadá como estado seria uma tentativa de assegurar total controle sobre o corredor ártico e consolidar a América do Norte como um bloco unificado frente ao que imaginam ser a possibilidade de ações cada vez mais orquestradas entre a Rússia e a China, seja no Ártico, seja em outras esferas.

Entretanto, essas ambições enfrentam resistências óbvias e significativas. A União Europeia, que mantém interesses no Ártico por meio de países como

a Dinamarca — que administra a Groenlândia, cada vez mais à vontade para se desligar de Copenhague —, dificilmente aceitaria ceder influência sobre a região sem contrapartidas vantajosas. A Rússia, por sua vez, veria tais movimentos como uma ameaça direta à sua posição estratégica e responderia com maior presença militar e diplomática na região. A China, provavelmente, se oporia a um controle norte-americano ampliado.

Ademais, movimentos dos EUA para expandir sua presença sobre o Ártico intensificariam a lógica expansionista russa sobre a Ucrânia e demais territórios adjacentes. Afinal, todo o banzé viraria um suco contrário aos princípios do direito internacional estabelecidos no pós-1945, que insistem na preservação da soberania territorial e na resolução de disputas por meio da diplomacia. Ideias que parecem fazer parte de um mundo cada vez mais do passado.